

MULHER, POLÍTICA E IDENTIDADE: ANÁLISE DISCURSIVA DE UMA PROPAGANDA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2016)

Michelle Aranha Coelho dos Santos¹

RESUMO: O presente artigo é um recorte da dissertação de mestrado “Identidades da Mulher na Política Brasileira: Análise discursiva de propagandas produzidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (2014 e 2016)”, e objetiva investigar identidades atribuídas à mulher na política brasileira. Considera-se nesta pesquisa que a identidade ou a fragmentação da identidade é uma produção que se dá no e pelo discurso, sendo este uma prática (FOUCAULT, 2015) sobre o modo como os sujeitos são subjetivados ou objetivados na nossa cultura. Nessa dimensão, são mobilizados conceitos da Análise do Discurso francesa (AD) de matiz foucaultiana; princípios metodológicos da análise fílmica (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 1994); e algumas reflexões das ciências sociais sobre identidade. A metodologia é de base qualitativa e procedimentalmente consiste na análise de uma propaganda veiculada no meio televisivo, no ano de 2016, a qual insurgiu a partir da campanha de incentivo à participação feminina na política, prevista em Resolução do TSE para veiculação em anos eleitorais. Nessa investigação, procuraremos analisar diferenças que marcam as posições da “mulher política”, a partir de novas discursividades na história das mulheres em relação às identidades antigas.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso; Identidade e Sociedade; Mulher e Poder.

ABSTRACT: This article is a summary of the master thesis “Identities of Women in Brazilian Politics: discussion analysis of propagandas produced by the Superior Electoral Tribunal (2014 and 2016)”, and aims to investigate the identities attributed to women in Brazilian politics. It is considered in this research that the identity or the fragmentation of the identity is a production that occurs in the and by the discourse, being this a practice (FUCAULT, 2015) about the way how the subjects are subjectivated or objectified in our culture. In this dimension, concepts of the French Discourse Analysis (AD) of foucaultian nuance are mobilized; methodological principles of film analysis (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 1994); and some reflections of the social sciences about identity. The methodology is qualitative and procedurally based on the analysis of a propaganda broadcast on the television media in the year 2016, which emerged from the campaign to encourage female participation in politics, provided for in TSE Resolution for use in electoral years. In this research, we will try to analyze differences that mark the positions of the "political woman", from new discourses in the history of women in relation to the old identities.

KEYWORDS: Discourse Analysis; Identity and Difference; Woman and Power.

1. Considerações gerais

A história das mulheres é atravessada por silêncios, exclusão e invisibilidade, mas também por embates e resistência. Ao longo dos tempos, foram muitos os saberes que se insurgiram para definir o lugar da mulher na sociedade. Entre eles pode-se citar aqueles que, com base em argumentos biológicos, depois retomados pela medicina, e até por muitos filósofos, chegaram a considerar que as mulheres possuíam baixa capacidade de raciocínio, e

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (PGLetras-UFMA), bolsista FAPEMA, sob a orientação da Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz. E-mail: chelle.letr@hotmail.com

com isso contribuíram para a representação de que a política, tal qual a filosofia e outros campos do saber, fosse reservada aos homens como um bem natural.

Conforme Chauí (2000), política e filosofia nasceram na mesma época, e por serem contemporâneas, o historiador Jean-Pierre Vernant (1981) declara que a “Filosofia é filha da *polis*”. Os primeiros filósofos vão concentrar suas reflexões em torno da vida humana, do equilíbrio social, a partir de discussões antropológicas sobre o existencial e o político. Assim, Aristóteles define o homem como um animal político. Todavia, na prática, o pensamento aristotélico, ao contrário do de Platão, ao referir-se ao homem alude exclusivamente ao sexo masculino, posto que, para ele, “as mulheres não são apenas diferentes: modelagem inacabada, homem incompleto, falta-lhes alguma coisa, são defeituosas. A frieza da mulher se opõe ao calor do homem. Ela é passiva e ele, ativo. O homem é criador, por seu sopro, o *pneuma*, e por sua semente” (PERROT, 2017, p. 23).

Segundo Piovezani e Curcino (2014, p. 46), na Antiguidade Clássica, a medicina hipocrática distinguia os corpos em quentes ou frios, respectivamente, masculino ou feminino. Por isso determinava-se que a participação masculina na *polis* se dava pelo “calor da vida pública” – na promoção de “calorosos debates” –, enquanto às mulheres destinava-se o *oikos* (“casa”, “família”), ou seja, a vida privada.

Perrot (2017, p. 24) cita historiadores como Georges Duby para explicar que, desde a pré-história, as descrições do feminino eram representadas pela iniciativa da força masculina, “as mulheres eram apenas espectadoras”. Com base nessa observação, a historiadora provoca uma série de questionamentos, tais como: Por que esse silêncio? Por que é tão difícil encontrar mulheres na história?

Segundo o filósofo francês Michel Foucault (2013), a antiguidade produz formas de agenciamento da sexualidade, e o sexo passa a objeto da filosofia e da política. Esse agenciamento desenvolve os modos de objetivação que transformam os indivíduos em sujeitos dóceis, por intermédio do poder disciplinar, e modos de subjetivação que tomam os indivíduos como sujeitos e os conectam a identidades, por meio de técnicas e procedimentos que selecionam certos discursos, fazendo-os atuar como verdadeiros. Estes refletem o modo como os sujeitos se veem e as identidades às quais se vinculam, pois os dispositivos de agenciamento e de coerção do saber e do poder prescrevem os lugares que os sujeitos devem ocupar.

Dentro dessa perspectiva, este estudo consiste em uma investigação com foco na história e discursos sobre as mulheres, com a finalidade de analisar identidades da mulher na política brasileira a partir da análise discursiva de uma propaganda produzida pela Justiça

Eleitoral, em 2016. A investigação busca analisar diferenças que marcam as posições da mulher política, a partir de novas discursividades na história das mulheres em relação às identidades antigas. Para tanto, priorizamos a análise dos mecanismos linguístico-discursivos e verbo-audiovisuais presentes na mesma, com o intuito de investigar essa mulher, que é sujeito de seu tempo e objeto de efeitos de sentido dentro do dispositivo midiático.

A relevância da investigação proposta está em compreender as transformações nas formas de discursivização da mulher dentro da complexidade das relações sociais no âmbito da política, as quais materializam na linguagem sua intensa construção de sentidos, modificando os modos de objetivação e também de subjetivação da mulher a partir de mudanças nos paradigmas sociais.

2. Rompendo silêncios: breve histórico da emancipação das mulheres

Indubitavelmente, as mulheres romperam muitas barreiras, conquistaram o direito ao voto, à educação, ao divórcio, à contracepção, e lutam cada vez mais por liberdade sexual e igualdade no mercado de trabalho. Embora participem de uma diversidade de identificações (“fragmentações”) que faz com que as diferenças construam faces da mulher, extremamente heterogêneas, caracterizando polos de conservadorismo, mas também de subversão, muitas delas saem às ruas ou, com o avanço das mídias eletrônicas ou digitais, protestam nas redes sociais, defendem que resistir é preciso, e contribuem para mudanças nos estereótipos e identidades que lhes foram atribuídas.

Segundo Joan Scott (2011), a história das mulheres somente aparece como um campo definível, nas últimas décadas. Em busca desse passado têm-se inúmeras pesquisas no Brasil e no mundo sobre o corpo da mulher, suas heroínas, conduta durante determinado período histórico etc. Dentre os principais acontecimentos que possibilitam a irrupção desses estudos, tomamos como ponto de partida o movimento feminista, que reivindica(va) a memória das mulheres – não mais/ou tão somente a mãe, a irmã, a filha ou a esposa de alguém –, sua trajetória, prova de atuação, bem como explicação sobre a invisibilidade e opressão sofridas durante longa história.

O movimento feminista tem sido dividido por ondas, de diferentes expressões, compondo nunces heterogêneas características do próprio movimento, as quais modificam sua agenda e reflexão sobre as questões sociais. O feminismo tem sua origem na Europa, em meados do século XIX, influenciado pelos ideais da Revolução Francesa, que tinha como lema: liberdade, igualdade e fraternidade. A igualdade reivindicada aos homens, no entanto,

não incluía as mulheres, ao contrário, a Revolução Francesa excluía as mulheres do exercício político, visto que o próprio voto não era um direito das mulheres. Às margens do debate, surgiam demandas pelo acesso das mulheres aos direitos políticos. Dessa forma, o feminismo é considerado “um filho indesejado da Revolução Francesa” (MIGUEL, 2014, p. 20).

A primeira grande onda feminista tinha como eixos a educação das mulheres, a luta pela igualdade no casamento (o direito de dispor de suas propriedades; protestavam contra casamentos arranjados) e o direito ao voto. Defendia-se que, por meio da educação, a mulher teria o livre desenvolvimento intelectual, o que a tornaria plenamente independente. Temas da vida privada, como o corpo e a sexualidade, ainda não são verificados nesta fase.

As feministas da segunda onda se sensibilizavam para a indagação sobre as raízes culturais da desigualdade e o caráter supostamente “natural” da subordinação feminina. Nos Estados Unidos, o slogan “O pessoal é político” (título de um ensaio de Carol Hanisch, de 1969) demarca a segunda onda do feminismo. É nesse período em que se formulam as problematizações acerca da identidade, da diferença e da hierarquia dos sexos.

A terceira onda é uma junção de vários feminismos, e se caracteriza como uma tentativa de corrigir as falhas ou lacunas da fase anterior. Preocupa-se com a “micropolítica” que marca o que é bom e o que não o é para cada mulher, considerando as diferenças de classe, questiona principalmente o enclausuramento cerrado do conceito de gênero, da contestação expressiva à heteronormatividade e à sexualidade.

O impacto do movimento teórico-político feminista foi e continua a ser um acontecimento que impulsiona as lutas pelas causas das mulheres. Em suma, o movimento “se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 19), e, sob esse prisma, as mulheres iniciaram uma luta contra a forma particular de poder, de controle que se exercia sobre elas, e passaram a se inscrever em debates públicos, não somente em busca da democratização da mídia, ampliando o sentido de liberdade de expressão, mas participando da própria produção de sentidos (muitos dos quais eram considerados tabu social), conquistando espaços nas ruas e nas redes sociais.

Todavia, apesar de direcionar-se a uma coletividade, podemos notar que o feminismo é cercado por divergências a partir de seus próprios membros, isso possivelmente reflete as contradições da pós-modernidade: os discursos partem de práticas políticas e culturais, e tem ancoragem nas diferenças (de raça, gênero, classe, idade, religião, orientação sexual etc.).

Conforme Hall (2006), esse é um fenômeno de indício de uma “crise de identidade”, no qual podemos observar um abalo nas estruturas de referência aos sujeitos, antes ancorados

nos paradigmas de classe, nacionalidade, etnia, mas que culminam hoje com a noção de sujeito fragmentado e sem identidade fixa, pois os parâmetros, estilos de vida e ideais mudam antes mesmo de se consolidarem em hábitos, costumes ou “verdades”. É nessa perspectiva teórica, portanto, que se concebem as identidades pós-modernas: instáveis, não unificadas, fragmentadas, construídas discursivamente nas relações sociais e nas práticas discursivas. É o descentramento da identidade e do sujeito historicamente, em detrimento da visão puramente biológica.

As discussões sobre as identidades fortaleceram a história das mulheres, principalmente com as mobilizações do feminismo, movimento que possui forte conexão com a Nova História, cujo surgimento é tido como outro fator que possibilitou a construção da história das mulheres.

Por Nova História entendemos a corrente historiográfica correspondente à terceira geração da chamada Escola dos Annales, considerada como um movimento de mudança a partir da percepção difundida da inadequação do paradigma tradicional – contesta as fontes, os métodos e as explicações dadas pela história tradicional – multiplica os níveis de análise, e a atenção, antes dirigida aos grandes reis, as reviravoltas do governo, as guerras e as fomes, inclui agora a história das minorias, dos subalternos e excluídos, sendo conceituada como “a história vista de baixo” (BURKE, 2011), cuja contribuição se realiza porque

aqueles que escrevem a história vista de baixo não apenas proporcionaram um campo de trabalho que nos permite conhecer mais sobre o passado: também tornaram claro que existe muito mais, que grande parte de seus segredos, que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidências inexploradas. Desse modo, a história vista de baixo mantém sua aura subversiva (SHARPE, 2011, p. 62).

A busca pela história das mulheres delinea um objeto até então silenciado na massa da Humanidade². Na visão de Aranha (2006), em todos os povos, com algumas diferenças, as modalidades de educação da mulher testemunharam a pobreza de horizontes em que ela se achava aprisionada (geralmente confinada a certos espaços da casa, como por exemplo, a cozinha). Neste caso, sobressai-se a domesticização das mulheres, pois mantidas em ignorância, elas não poderiam participar da vida pública.

No campo da política, somente a partir de 1934, segundo dados da imprensa online do Tribunal Regional Eleitoral, as restrições ao voto feminino foram eliminadas do Código Eleitoral Brasileiro, embora a obrigatoriedade do voto fosse um dever masculino. Em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres.

² A óptica feminista questionou também “a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a ‘Humanidade’, substituindo-a pela questão da diferença sexual” (HALL, 2006, p. 46).

Na América Latina, a primeira prefeita foi eleita em 1928, aos 32 anos, nas eleições para a prefeitura de Lajes, cidade do interior do Rio Grande do Norte, com 60% dos votos, em uma época em que as mulheres nem sequer podiam votar. Após sete meses de mandato, Luíza Alzira Soriano Teixeira deixou a função, pois a revolução de 30, que aboliu os cargos de prefeito, retirou-a da prefeitura, “mas seus líderes lhe propuseram a continuidade na administração, como interventora municipal. Com a dignidade que sempre a caracterizou, Alzira Soriano recusou a oferta”³. Com a redemocratização em 1945, ela voltou à vida pública como vereadora em sua cidade natal, sendo eleita por três vezes e liderando a União Democrática Nacional.

Segundo o TSE⁴, a redemocratização possibilitou que diversas leis fossem aprovadas pelo Congresso Nacional para aperfeiçoar o processo eleitoral, como a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), que previa a reserva de vagas para a participação feminina nos cargos proporcionais – deputado federal, estadual e distrital e vereador. Em 2009, com a sanção da Lei nº 12.034, essa participação passou a ser obrigatória: “o novo texto que consta do parágrafo 3º do artigo 10 da Lei nº 9.504, estipula que sejam preenchidas (e não apenas reservadas) as candidaturas com o mínimo de 30% e o máximo de 70% de cada sexo”⁵.

Instituições como a ONU Mulheres, a Ordem dos Advogados do Brasil, alguns órgãos do Ministério Público Federal (MPF), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os tribunais regionais eleitorais, também têm proposto reflexões e iniciativas no combate à desigualdade de gênero e incentivo à participação feminina na política do Brasil, motivados principalmente por movimentos sociais.

Na ocasião de lançamento da campanha “Mulher na política”, o ministro Marco Aurélio (2014), presidente do TSE, defendeu o “afastamento do preconceito de qualquer espécie”, inclusive o de gênero, e ressaltou a importância de uma conscientização mais ampla para que as mulheres efetivamente ocupem cargos de poder.

Por outro lado, ainda de acordo com dados divulgados pelo TSE, 15.957 candidatas ao cargo de vereador para pleitos municipais de 2016 receberam “votação zero”, isto é, não

³ Fonte: Fundação José Augusto. A mulher potiguar: cinco séculos de presença. – Alzira Soriano. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000106245. PDF. Acesso em: 24 Fev. 2018.

⁴ TSE. Justiça Eleitoral e primeiro Código Eleitoral completam 82 anos. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Fevereiro/justica-eleitoral-e-primeiro-codigo-eleitoral-completam-82-anos-nesta-segunda-feira-24>>. Acesso em: 27 Fev. 2018.

⁵ TSE lança no Congresso Nacional campanha que convoca mulheres para a política. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Marco/tse-lanca-no-senado-campanha-que-convoca-mulheres-para-a-politica>> Acesso em: 08 Dez. de 2017.

obtiveram um voto sequer, indicativo de que os partidos burlaram as leis recorrendo a candidaturas laranjas ou fantasmas apenas para cumprir a cota de mulheres exigida por lei.

Outro acontecimento que marca a história das mulheres no campo político é a eleição da primeira mulher presidente do Brasil. Aos 62 anos, a economista e política Dilma Rousseff (PT), com 56,05% dos votos válidos vence as eleições de 2010. Em 26 de outubro de 2014 foi reeleita, tendo exercido o cargo até seu afastamento por um processo de *impeachment* em 2016.

Toda essa discussão demonstra que as redes de poder também possibilitam resistências e mudanças sociais. A sociedade midiática, apesar de se fundir aos discursos líquidos, pós-modernos, e impor seu estatuto de “verdade”, caracteriza-se em um espetáculo de embates discursivos, não homogêneos, permitindo, assim como o próprio governo, promover e discutir mudanças no desenvolvimento político e na busca por igualdade.

Assim, propagandas no âmbito da política e de gênero materializam na linguagem os próprios sentidos que elas ajudam a difundir socialmente, por isso a análise contribui para o entendimento da produção social de sentidos. Estas são, pois, as reflexões que nortearão este estudo.

3. Nas trilhas da AD: enunciado, dispositivos e produção de subjetividades

Em um abreviado retorno à história, é possível acompanhar os debates do campo do saber denominado Análise de Discurso (doravante, AD), cujo objetivo primeiro era analisar, a partir do discurso político, as ideologias que o engendram através da linguagem, o que fez com que suas bases epistemológicas se direcionassem para um foco central: a ideia de que o sujeito não é dono de seu discurso, mas assujeitado (PÊCHEUX *apud* GREGOLIN, 2004, p. 61) por ele. A AD é constituída por meio de três pilares epistemológicos cuja construção conceitual focaliza o discurso, o sujeito e a sociedade: o Materialismo Histórico, a Psicanálise e o Estruturalismo, de Saussure.

Seus fundamentos compreendem os discursos como práticas geradoras de significados que se apoiam em regras históricas para estabelecerem o que pode ser dito, num certo campo discursivo e num dado contexto histórico (FOUCAULT, 2008). Conforme Foucault, o enunciado é a molécula do discurso, sua unidade mais importante. Os enunciados, enquanto discurso, seguem uma ordem, em que é prescrito o que pode ser dito, o que deve ser silenciado, sujeito a emergência e também suas condições de apropriação e de utilização.

Sob a perspectiva da AD, esta pesquisa tem suas bases nos trabalhos do filósofo francês Michel Foucault, cujas ponderações sobre as formas de produção e circulação dos discursos muito têm contribuído para as pesquisas em análise de discurso aqui no Brasil.

A obra foucaultiana costuma ser dividida em três fases: a primeira é chamada arqueológica, a segunda genealógica e a terceira é voltada para as práticas de si. Essa fase inicial, arqueológica, privilegia o saber e o próprio autor explica a sua abordagem na obra “A arqueologia do saber”. Para Revel (2005, p. 17), arqueologia “reencontra-se, ao mesmo tempo, a idéia da *archê*, isto é, do começo, do princípio, da emergência dos objetos de conhecimento, e a ideia de arquivo - o registro desses objetos”. Não como um “traço morto do passado”, e sim como uma visada do presente.

Já na segunda fase, a chamada etapa genealógica, o autor predominantemente focalizou o poder e as possibilidades de controle do dizer. Contudo, essa fase não teve uma explicitação precisa de seu trajeto metodológico, por isso os estudiosos de Foucault não apresentam necessariamente um amparo seguro.

Essa “arqueologia do saber” e a “genealogia do poder” são o que nos permitem ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos, e que “a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 2015, p. 51), mas que:

a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2015, p. 52).

Assim, os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais o indivíduo pode se posicionar e a partir dos quais pode falar – o próprio direito à liberdade está em constante transformação, pois, dentre outras coisas mais, a liberdade enunciativa se dá dentro de um repertório limitado.

Existe uma terceira orientação para os fundamentos do mencionado autor, a genealogia dos modos de subjetivação, que abrange

a formação dos procedimentos pelos quais o sujeito é levado a se observar, se analisar, se decifrar e se reconhecer como campo de saber possível. Trata-se, em suma, da história da subjetividade, se entendermos essa palavra como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo (FOUCAULT, 2004, p. 236).

O modo de subjetivação compreende um conjunto de formas históricas de agenciamento do saber e do poder que atuam em determinado período histórico. Esse mecanismo que regula os discursos ordenando os dizeres parte de dispositivos, os quais são designados como “materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder” (REVEL, 2005, p. 39). Foucault (2015) aponta que a noção de dispositivo engloba o discursivo e o não discursivo, pois as condições de emergência e visibilidade da enunciação e dos dispositivos não são exclusivamente linguísticas. Segundo Carvalho e Sargentini (2014, p. 26), “não há um exercício de poder sem a instalação de um dispositivo”. Os dispositivos são de natureza heterogênea, pois trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas moventes (REVEL, 2015): conforme o caso, Foucault fala de "dispositivos de poder", de "dispositivos de saber", de "dispositivos disciplinares", de "dispositivos de sexualidade" etc. Assim, o sentido e a função metodológica do termo pretendem demarcar

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esse elementos (FOUCAULT, 2015, p. 364).

O vídeo a ser analisado opera como um dispositivo-enunciado que subjetiva o sujeito *mulher política*, sublinhando novos discursos a partir da relação com os dispositivos (em especial a instituição TSE, que é responsável por aplicar a Lei das Eleições, e a mídia televisiva, que promove mudanças na fala pública brasileira).

A relação entre discurso e dispositivo promove uma outra conexão, a de sujeito e identidade, pois o sujeito é tido como uma posição, um lugar institucional a ser ocupado pelos indivíduos. Nesse sentido, é válido pensar o caráter de instabilidade, fragilizações, fragmentações, deslocamentos e descontinuidade das identidades. Cada indivíduo vivencia uma pluralidade de centros de poder: no caso do sujeito em análise, destaca-se a mãe, a dona de casa, a empresária, a esposa, a mulher política, a religiosa etc.

A identificação (ou não) do público repercute em vários espaços, como as redes sociais ou as ruas. O movimento dos discursos pode ser demonstrado pelo caráter linguístico dos fatos quanto a historicização dos procedimentos de categorização da História:

Sob o olhar foucaultiano, o discurso designa, em geral, um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinada (por exemplo, a grande separação entre razão/desrazão): a ‘ordem do discurso’ própria a um período particular

possui, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas (REVEL, 2005, p. 37).

Remetendo ao conceito foucaultiano de arquivo, compreende-se a conjunção dos diversos sentidos correntes, retomados, (re)atualizados ou deslocados. Por certo, esse movimento destaca o poder que permeia sempre a existência dos enunciados. Nesse diapasão, o vídeo representa um sentido ao mesmo tempo que produz sentido, pois pode ligar-se a novas discursividades, atualizando memórias sobre o significado de ser mulher.

4. Metodologia e Análises

Cumprimos alguns procedimentos para a consecução dos objetivos estabelecidos: analisar diferenças que marcam as posições da *mulher política*, a partir de novas discursividades na história das mulheres em relação às identidades antigas. Partimos dos princípios teórico-metodológicos da Análise de Discurso, de matizes foucaultianas. Por se tratar da análise de uma propaganda verbo-audiovisual, buscamos alguns elementos e suportes da análise fílmica (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 1994), a qual dispõe de processos válidos a este contexto.

A metodologia consiste na análise de uma propaganda veiculada no meio televisivo a partir de primeiro de abril de 2016, que insurgiu a partir da campanha *Igualdade na Política*, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2014, e se seguiu em 2016 como parte da Campanha *Mulher na política*, com a hashtag *#MaisMulheresNaPolítica*.

Dada a complexidade do nosso *corpus*, algumas questões devem ser esclarecidas: i) o *corpus* (de natureza audiovisual) não é considerado científico e embora seja uma publicidade, ele é mobilizado por uma instituição governamental (TSE); b) o *corpus* exige um entendimento do mecanismos de funcionamento dessa linguagem.

Tomando a propaganda audiovisual como um elemento fílmico, no âmbito do funcionamento da sua linguagem, no nível da enunciação, por exemplo, ocorre, segundo Vanoye e Goliot-lété (1994, p. 40), uma tentativa de transposição do dispositivo enunciativo do intercâmbio verbal, fundado no aparelho dêitico, o qual “remete tanto ao locutor quanto à situação de enunciação”. No entanto, para os autores, ao contrário de uma conversa, o filme apresenta discursos fixos e imutáveis. Os dêiticos (pronomes pessoais, adjetivos possessivos e demonstrativos, advérbios de tempo e lugar, dentre outros), nessa situação, não constituem um diálogo verdadeiro entre a fonte e o alvo, “nenhuma intercambialidade dos papéis”. Logo, os autores apontam a matéria do filme como algo amplamente extralinguístico.

Nesse diapasão, muitos pesquisadores recusam a noção de enunciação, sob o pretexto de que esta pode ser aplicada à palavra e a escrita, mas não à produção de imagens. A partir disso, a reflexão gravita em torno da concepção de um aparelho enunciativo que não seja essencialmente dêitico, pessoal e não imite tão de perto os dispositivos linguísticos. Christian Metz, importantíssimo teorizador de filmes, propõe a substituição dos termos “enunciador” e “enunciatório”, por “fonte ou foco de enunciação” e “alvo ou desígnio da enunciação”, mais neutros.

Sobre a interpretação, Metz (*apud* VANOYE E GOLIOT-LÉTÉ, 1994, p. 63) escreve que “existe sempre sentido por trás do sentido”, “cabe ao analista fazer os sentidos se agitarem”, mesmo que tenha que arriscar neles se perder. Diante dos obstáculos à análise, o analista deve construir um fundo de hipóteses e decompô-lo em seus elementos constitutivos para adquirir um certo distanciamento do filme. Uma segunda etapa analítica consistiria em estabelecer elos entre esses elementos isolados, em compreender como eles se associam e se tornam cúmplices em torno de um todo significante: reconstruir o filme ou o fragmento. Se quisermos entender o filme, é preciso escavar, em busca do “como”, e não o “por que”.

Ainda conforme os autores, analisar é um exercício pedagógico, em que o filme é o ponto de partida e o ponto de chegada. Analisar também é situar um filme em um contexto, em uma história (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 1994, p. 32).

Neste trabalho, entendemos o vídeo que analisaremos como um filme, uma criação de ficção a ser tomada como enunciado que se dá a ver dentro de uma trama histórica. Para a realização desta análise, destacaremos alguns fotogramas⁶ que nos orientam no sentido de pensarmos os processos de subjetivação da mulher política no dispositivo audiovisual. Destacamos inicialmente que esse tipo de propaganda é assinada por uma instituição governamental, mas é uma forma simbólica, que produz sentidos e circula em um meio de comunicação de massa, a televisão, principalmente.

A campanha do TSE produz e veicula, conforme Resolução prevista em lei, propagandas de incentivo às mulheres a se candidatarem aos cargos eletivos do país. Essas propagandas circulam sob o formato de vídeo nas mídias sociais (*facebook*, *youtube* etc) e na TV, além das emissoras de rádio (em formato de *spot*⁷), e também são compostas de cartazes, banners e folders.

⁶ Designa-se por fotograma a cada uma das imagens impressas quimicamente na fita de celulóide de um filme. O vídeo, tecnicamente, é um conjunto de fotogramas projetados a certa cadência por segundo, produzindo a ilusão de movimento e pode ser analisado como enunciados que possuem uma eficácia simbólica.

⁷ Spot é um fonograma utilizado como peça publicitária em rádio, feita por uma locução simples ou mista, com ou sem efeitos sonoros e música de fundo.

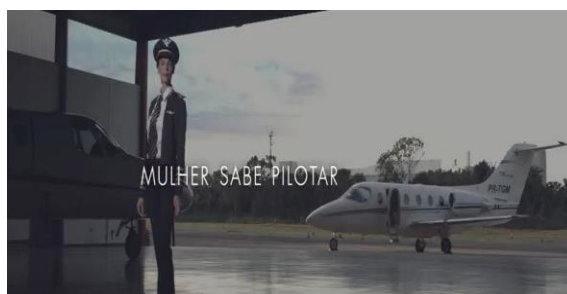
O vídeo publicitário de 1 minuto se principia com uma pilota de avião que caminha em direção a uma aeronave, em postura firme ela traz consigo seu chapéu de pilota e o coloca na cabeça, ao mesmo tempo em que surge uma voz, que enuncia (Figura 1): “Mulher só sabe pilotar fogão” (Voz masculina). Esse enunciado materializa-se em caixa alta no centro da tela, e logo depois o adjetivo “só” e o substantivo “fogão” saem de cena, fazendo com que o sentido mude completamente para: “Mulher sabe pilotar” (Figura 2), cujo efeito é reforçado pela imagem do avião ao lado da pilota.

Com a materialização deste último, a pilota, que antes se encontrava posicionada de lado para a tela, passa a ocupar o centro da câmera, formando uma harmonia com o enunciado, pois o texto escrito “Mulher sabe pilotar” alinha-se à imagem da mulher pilota e o significante “pilotar” é seguido pela imagem do avião. Ora, quando o substantivo fogão sai de cena, na figura 2, o avião é lido como um elemento do enunciado, ainda que sua constituição seja puramente imagética, ele é responsável pela mudança do sentido, interpretado agora como a afirmação da mulher por meio da desconstrução de antigos estereótipos, no caso, o da domesticidade feminina, mas também como um indício de que ela simplesmente pode pilotar, não exceptuando o fogão, mas dando lugar a novos lugares, como o de pilota. A propaganda é composta por uma trilha sonora que parece ter sido criada especialmente para o comercial.

Figura 1



Figura 2



Na sequência, mediante outras profissões, como árbitra de futebol, engenheira e diretora de empresa, outros enunciados aparecem: “Desde quando a torcida respeita?” (Figura 3) (Voz feminina) “Mulher na obra nunca dá certo, né?” (Representado pela figura 5) (Voz masculina) / Rá! Nenhuma mulher chegou à diretoria. (Figura 7) (Voz feminina) Na figura 3, as palavras “Desde quando” e o sinal de interrogação saem, formando assim: “A torcida respeita” (Figura 4). Ocorre, na figura 5, um processo silimilar, pois cai o advérbio de negação “nunca”, e tem-se agora: “Mulher na obra dá certo” (Figura 6). O mesmo ocorre na figura 7, em que as palavras “nenhuma mulher” saem de cena, enquanto que “Chegou à diretoria” (Figura 8) notabiliza-se na tela. O processo de afirmação da mulher é percebido

pela atualização dos enunciados, que retomam discursos sobre a mulher, para mostrar novas identidades para as mulheres.

Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6



Figura 7



Figura 8



Em continuidade, a próxima cena é de uma mulher em um palanque frente a um enorme público, acompanhada por várias lentes (fotógrafos e a mídia em geral): “Está na hora de derrubarmos mais um rótulo” (fala para o público), “a desigualdade na política”. O prefixo *des-* cai, e com isso passamos a ler “igualdade na política” (Figura 9). (A plateia aplaude.) Câmeras focalizam e capturam fotos da mesma, que continua: “Nós já tivemos várias conquistas, mas precisamos ir em frente. (Figura 10) “Faça, você (De forma imperativa, aponta para a plateia), parte das decisões do seu bairro (em seguida, do palanque a mulher lança um olhar ao público e a câmera dá um *close* em seus olhos), da sua comunidade, do seu município. Quanto mais participação feminina na política, mais democracia”.

Figura 9



Figura 10



Nas redes textuais dos discursos sob análise, uma memória sobre as mulheres é, por vezes, recuperada. Os enunciados primeiros da campanha retomam esses discursos bem conhecidos e ainda hoje difundidos, são estereótipos que fazem com que as mulheres tenham medo do poder – o poder passa a ser um lugar estranho a elas –, tais como: “As mulheres não sabem nada sobre esporte”, “As mulheres não gostam de estudar engenharia ou computação”, “Mulher no volante, perigo constante”, “Tinha que ser mulher”, “Toda loira é burra”.

Assim, em “Mulher só sabe pilotar fogão” vem à tona uma memória sobre qual o lugar primordial que a sociedade destinava às mulheres: a cozinha. Esse estigma da domesticização da mulher foi construído em meio à relações pautadas pelo patriarcado e pela dominação masculina. Para Biroli, enquanto o feminismo discute as abordagens da família, “no pensamento social e político, de modo mais abrangente, prevalece o silêncio sobre as relações de poder na família e as desigualdades e as formas de dependência e vulnerabilidade reproduzidas pelos arranjos familiares convencionais” (BIROLI, 2014, p. 47).

Constatamos com isso que os discursos sobre as mulheres são menos favoráveis às mulheres do que os discursos sobre os homens. Vale destacar, nas sequências discursivas “Desde quando a torcida respeita?” e “Rá! Nenhuma mulher chegou à diretoria”, que as vozes femininas representam discursos discriminatórios difundidos pelas próprias mulheres. Na primeira frase, percebe-se que a pergunta possui uma entonação que exprime certa indiferença, já em “Rá! Nenhuma mulher chegou à diretoria”, a discriminação da mulher pela mulher se materializa no vídeo pelo uso da interjeição “Rá!”, muito usada nas redes sociais,

como um indício de deboche, por exemplo: “Você não passou no teste. Rá!”. Isto porque na antiga perspectiva tradicional da identidade das mulheres, elas não foram criadas para ocuparem cargos de poder.

Damos atenção às escolhas lexicais, como o uso do verbo “faça”, pois o efeito do imperativo é indício de que as mulheres devem reivindicar poder de mando, todavia a plateia que aparece no vídeo e ovaciona o discurso da personagem central continua a ser composta por homens.

De acordo com o folder complementar elaborado pelo TSE, as pesquisas do instituto vinculado à Secretaria de Transparência do Senado Federal, o DataSenado, “não são os afazeres domésticos e as responsabilidades com a família que têm afastado as mulheres da carreira política.” Mas que, “o principal motivo do afastamento feminino está relacionado às dificuldades enfrentadas pelas mulheres dentro dos partidos políticos, a falta de apoio e a falta de competitividade em relação”.

Todavia, as mulheres estão cada vez mais ocupadas com as tarefas da casa, com os filhos, o trabalho etc. Historicamente, principalmente com as exigências do capitalismo, as mulheres foram deslocadas do lugar de reprodutoras (sendo que em muitos lugares, no Brasil e no mundo, essa ainda continua a ser a única realidade possível) para o lugar de participantes da produção social e passaram a se ocupar de muitas funções, logo é inegável que essa posição de mulher subtrai o interesse por mais participação na política.

Em segundo lugar, no campo da memória ou da materialidade documental, ao voltarmos nossa atenção para o mundo, temos o registro de que o voto e a participação na política eram um direito de domínio masculino, o que justifica, hoje, o não cumprimento da Lei nº 9.504 mencionada no início, pois a dominação masculina nas esferas do poder ainda persiste. As instituições patriarcais foram transformadas, mas permanece a dominação masculina, pois a vigência de autoridade na maioria das sociedades ainda é dominada pelos homens, os quais decidem quais os direitos das mulheres e regras de conduta em certos setores.

5. Discussões

A Produção e difusão de discursos na sociedade atual e a complexidade do objeto de discurso devem considerar que os enunciados têm sua historicidade, pois é necessário cogitar quais as condições históricas de surgimento e ressignificação de determinado objeto.

Por isso, não por acaso surge a propaganda do TSE, ela resulta historicamente de vários acontecimentos citados, como o feminismo, a Nova História, o capitalismo (a celebração do consumo), a primeira mulher eleita Presidente da República do Brasil (em 31 de outubro de 2010) e, finalmente, o discurso jurídico.

A partir da propaganda do Tribunal Superior Eleitoral entendemos que a identidade da mulher para ser afirmada, deve recuperar o histórico de conquistas das mulheres e situar a “mulher política” como mais uma conquista a ser alcançada.

A propaganda convence só se apresentar uma identificação com o público, entretanto as identidades se fragmentam, o que faz com a propaganda seja cada vez mais problematizada. A mulher é encorajada a participar da política, ao mesmo tempo em que a família a condiciona a cuidar dos filhos, dos idosos e da casa, o casamento lhe direciona a cuidar do marido, o sustento familiar a move para o trabalho fora (ou em casa), o mercado de trabalho a submete a investir nos estudos e estar em constante busca pela qualificação, etc. Sendo assim, a mulher é marcada por diferentes representações em diferentes temporalidades.

Na sociedade hodierna, podemos pensar a política a partir da alegoria do esporte, pois conforme apontam Piovezani e Curcino (2014), a política começa a ser encenada nos palcos televisivos, amparada pelo dispositivo midiático, onde é promovida uma verdadeira corrida (“a corrida presidencial”), com direito a árbitros, competidores, torcidas, vencedores e perdedores, etc. Assim, a luta passa a ser a de classes, e os confrontos são ideológicos, que incitam uma plateia movida e apaixonada por suas causas. novas discursividades, atualizando memórias sobre o significado de ser mulher.

Conclusão

A investigação buscou analisar diferenças que marcam as posições da mulher política, a partir de novas discursividades na história das mulheres em relação às identidades antigas.

Tendo em vista os aspectos observados, constatamos a existência de diferenças políticas e históricas, no mundo contemporâneo, que marcam uma “nova mulher”, capaz de realizar tarefas que antes cabiam exclusivamente aos homens, como o direito ao voto e a própria participação na política e na vida pública em geral. Com isso, a “mulher política” é destacada como um produto de novas discursividades da democracia, por meio de mudanças nos dispositivos de poder, que começam a delinear essa nova identidade, ao desconstruir antigos estereótipos, antes comumente aceitos e difundidos. Os enunciados hodiernos buscam a afirmação da mulher como ser político, em contraposição aos antigos enunciados que

aparecem na propaganda do Tribunal Superior Eleitoral, e constituem uma amostra de mudanças nos paradigmas sociais. As análises mostram que não se trata de uma identidade tão-somente, mas de posições de sujeito e atributos construídos socialmente. O discurso da mulher maternal, altruísta e sensível, convencionadamente difundidos socialmente, é um produto histórico. E a “mulher política” corresponde aos novos dizeres e novas posições de sujeito, em um movimento que destaca a afirmação da identidade da mulher e também de sua desconstrução. Considera-se que a publicidade, tendo como parte as propagandas, é um dispositivo de poder que produz enunciados inevitavelmente ligados à memória coletiva que, por sua vez, desencadeia um movimento para a memória dos saberes, reproduzindo incessantemente jogos de verdade (FOUCAULT, 2006). Isso contribui para a “formação dos procedimentos pelos quais o sujeito é levado a se observar, se analisar, se decifrar e se reconhecer como campo de saber possível” (FOUCAULT, 2004, p. 236), e prioritariamente marca as diferenças entre o modo como as mulheres se veem na sociedade atual, em suma, uma genealogia do “ser” mulher.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria de Lúcia Arruda. Educação da mulher. In: _____. Filosofia da educação. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006, p. 137-143.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 2000, p. 490. PDF.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade e Política*. Organização e seleção de textos: Manoel de Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 234-239.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

- CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de; SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Dispositivo, discurso e produção de subjetividades. In: FERNANDES JÚNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes de (Orgs.). *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica da UFG, 2014.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara. Fazer, pensar, dizer e olhar: dispositivos de fala pública e de leitura da mídia. In: FERNANDES JÚNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes de (Orgs.). *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica da UFG, 2014.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005. PDF.
- Tribunal Superior Eleitoral – Campanhas publicitárias. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/campanhas-publicitarias>>. Acesso em: 01 Dez. 2018.
- VANOYE, Francis; GOLLIOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre a análise fílmica*. 7. ed. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Trad. Ísis Borges B. da Fonseca. 3. ed. São Paulo: Difel, 1981, p. 95.

**Artigo recebido em fevereiro de 2018.
Artigo aceito em abril de 2018.**